Efeito do passe livre no comparecimento eleitoral na eleição presidencial brasileira de 2022

Motivação:   
  
Limites à participação no processo eleitoral podem ser um problema.  
  
pois podem levar a uma diferenciação não voluntária entre o universo votante e o eleitorado de uma forma geral.  
(e.g. menor participação de eleitores mais pobres no processo)

Problema teórico:  
  
O ato de se deslocar até o centro de votação representa um custo privado para todos os eleitores  
  
Se tal custo for suficientemente alto, o eleitor pode preferir não participar da votação  
  
A componente monetária desse custo é relativamente mais elevada para os mais pobres  
  
Consequentemente, o custo do transporte é um fator que pode distorcer a representatividade do processo eleitoral  
  
Assim, uma política de subsídio ao transporte durante a eleição pode ser justificada para atenuar essa restrição e sua consequente distorção  
  
Tal política é potencialmente mais relevantes em países mais pobres, onde o custo monetário de deslocamento pode ser substancial no orçamento doméstico para uma grande parcela de eleitores  
  
Além disso, a política pode ser mais facilmente implementada e ter um maior impacto em regiões com ampla oferta de transporte público através de um subsídio ao preço da passagem no dia da eleição

Problema empírico e contexto:  
  
A não participação na votação pode se dar por duas razões distintas:  
- completamente voluntária: o eleitor não deseja participar da votação e não vota  
- por restrição externa: o eleitor gostaria de votar, mas existe algum fator que o impede  
  
Empiricamente, observando-se apenas as taxas de participação de diferentes grupos no processo eleitoral, não é possível identificar o quanto cada componente contribui para diferentes taxas de participação na votação  
  
A política de gratuidade implementada em múltiplas cidades brasileiras na eleição de 2022 fornece um experimento natural que permite identificar a componente de restrição externa relativa ao custo monetário de transporte  
  
Uma instrução do poder judiciário federal liberou e incentivou os municípios a oferecerem gratuidade de tarifa no transporte público nos dias de votação em 2022.  
  
Entretanto, as cidades não adotaram tal política de forma homogênea, sendo possível classifica-las em três grupos distintos:  
- cidades que ofereceram gratuidade já no 1º turno e mantiveram no 2º  
- cidades que ofereceram a gratuidade apenas no 2º turno  
- cidades que não ofereceram gratuidade em nenhum dos turnos  
  
As cidades correspondentes aos dois primeiros grupos, ou seja, que implementaram gratuidade de tarifa em pelo menos um dos turnos, representam metade dos eleitores brasileiros.  
  
Explorando a heterogeneidade do momento de adoção da gratuidade poderemos estimar o efeito da política no comparecimento eleitoral e identificar a magnitude da restrição do custo monetário de transporte no processo eleitoral brasileiro.

Dados descritivos do processo eleitoral brasileiro em 2022[[1]](#footnote-1)

155,7 milhões de eleitores aptos a votar  
  
Eleição presidencial mais disputada da história, com vitória de Lula no 2º turno com 60,2 milhões de votos, frente a 58,1 milhões de votos do incumbente e 5,7 milhões de votos brancos e nulos.  
  
123,3 milhões compareceram no 1º turno e 123,9 milhões no 2º (aumento inédito de comparecimento do 1º para o 2º turno)

Descritivos da variação do comparecimento (2º turno – 1º turno)

Grupos de tratamento e variação no comparecimento



Por UF

Map

Description automatically generated

Por município

Map

Description automatically generated

Mapa do tratamento

Map

Description automatically generated

Variação do comparecimento por característica da seção

**% de idoso**

Chart, line chart

Description automatically generated

Chart, line chart

Description automatically generated

1. Os dados descritos nessa seção excluem 784 seções eleitorais localizadas no exterior e que englobam 500.000 eleitores [↑](#footnote-ref-1)